



Carta de Serviços ao Cidadão Procuradoria-Geral do Município

A Procuradoria-Geral do Município é o setor jurídico da Prefeitura. Ela representa o Município em processos na Justiça e em situações fora da Justiça. Também orienta o Prefeito, as Secretarias e os demais órgãos municipais sobre questões legais.

Esse trabalho ajuda a Prefeitura a tomar decisões com mais segurança, responsabilidade e respeito à lei. Também fortalece a gestão pública e protege o interesse da população.

É importante saber que a Procuradoria não faz atendimento jurídico particular para cidadãos. Sua atuação é voltada à defesa do Município, à proteção do interesse público e ao apoio jurídico para que a Prefeitura aja de forma legal, segura e responsável.

Identificação

Canal	Informação
Responsável	Hugo Lázaro Marques Martins
Cargo	Procurador Geral
Endereço	Rua Geraldo Miranda, nº 337, Carneirinhos, João Monlevade/MG
Horário de atendimento	Das 7h às 11h e das 13h às 17h
Telefones	(31) 3859-2562 e (31) 3859-2563
E-mail institucional	procuradoriajuridicapmjmmg@gmail.com
Protocolo	Protocolo eletrônico ou presencial, com número de processo.
Site	www.pmjmmg.gov.br

O que a Procuradoria faz

O que a Procuradoria faz	Explicação
Representa o Município	Defende a Prefeitura em processos e procedimentos.
Dá orientação jurídica	Ajuda os órgãos municipais a seguirem a lei.
Analisa documentos	Verifica contratos, editais, projetos de lei e outros atos.
Atua em cobranças judiciais	Pode atuar em processos de dívida ativa, quando for sua atribuição.
Participa de acordos	Analisa se acordos com o Município são possíveis e legais.
Ajuda a prevenir problemas	Orienta para evitar erros e ações judiciais.

Serviços prestados ao Cidadão

A Procuradoria atende principalmente os órgãos da Prefeitura. Mesmo assim, a população pode acionar canais oficiais em alguns casos.

Pedido de informação ou documento público

Esse serviço serve para pedir informações ou documentos públicos que não tenham sigilo.

Item	Explicação
O que é	Pedido de acesso a documento ou informação pública.



Item	Explicação
Quem pode pedir	Qualquer pessoa.
Como pedir	Pelo e-SIC, Protocolo ou Ouvidoria.
O que informar	Qual documento ou informação deseja, assunto, data ou número do processo, se souber.
Tem custo?	O pedido é gratuito. Pode haver custo se a pessoa pedir cópia impressa.
Resultado	Informação enviada, documento disponibilizado ou resposta explicando o motivo de não envio.
Observação	A Procuradoria não dá consulta jurídica particular para cidadãos.

Informação sobre cobrança de débitos municipais

Esse serviço é para obter orientação sobre débitos com o Município, quando o assunto estiver ligado a cobrança administrativa ou judicial.

Item	Explicação
O que é	Informação sobre cobrança de valores devidos ao Município.
Quem pode pedir	Pessoa interessada ou representante legal.
Canal principal	Secretaria responsável pela cobrança, geralmente Fazenda ou setor competente.
Quando a Procuradoria atua	Quando há processo judicial ou apoio jurídico ao Município.
O que informar	Nome, CPF ou CNPJ, número do processo ou dados do débito, quando souber.
Resultado	Encaminhamento ao setor correto ou orientação institucional.
Observação	A Procuradoria não atua como advogada particular da pessoa.

Participação em conciliação ou acordo

A conciliação é uma tentativa de resolver um conflito por acordo.

Item	Explicação
O que é	Análise de acordo envolvendo o Município.
Quem participa	Município, pessoa interessada, Comissão de Conciliação e Procuradoria, quando necessário.
Base municipal	Lei Municipal nº 2.390/2021.
Para que serve	Ver se o acordo é legal, possível e vantajoso para o interesse público.
Resultado	Acordo aprovado, rejeitado ou ajustado, conforme análise.
Observação	A Procuradoria avalia a parte jurídica e fiscal do acordo.

Serviços prestados aos órgãos municipais

A Procuradoria presta apoio jurídico ao Prefeito, Secretarias, Autarquias, Fundações Municipais e demais unidades da Administração.

Pareceres, notas, despachos e manifestações jurídicas

Item	Explicação
O que é	Análise jurídica de processos administrativos.
Quem pode pedir	Órgãos e entidades do Município.
Como pedir	Por processo ou protocolo administrativo.
O que enviar	Justificativa, documentos, minuta, dúvida jurídica e prazo, se houver.
Resultado	Parecer, nota, despacho ou orientação jurídica.



Análise de licitações, contratos e parcerias

Item	Explicação
O que é	Verificação jurídica de editais, contratos, aditivos, convênios e parcerias.
Quem pode pedir	Secretarias e unidades municipais.
Para que serve	Reduzir riscos e garantir que a contratação siga a lei.
O que enviar	Processo completo, minuta, justificativa e documentos principais.
Resultado	Parecer, despacho, ajustes sugeridos ou aprovação jurídica.

Apoio em sindicâncias e processos disciplinares

Item	Explicação
O que é	Orientação jurídica em procedimentos de apuração.
Quem pode pedir	Órgãos municipais competentes.
Exemplos	Sindicância e processo administrativo disciplinar.
Para que serve	Garantir legalidade, ampla defesa e contraditório.
Resultado	Orientação, parecer ou manifestação jurídica.

Análise e elaboração de atos normativos

Atos normativos são regras escritas, como projetos de lei, decretos e regulamentos.

Item	Explicação
O que é	Análise ou elaboração de projetos de lei, decretos e regulamentos.
Quem pode pedir	Prefeito, Secretarias e órgãos municipais.
Para que serve	Verificar se o texto está de acordo com a Constituição, leis e técnica legislativa.
Resultado	Minuta, parecer, revisão ou orientação jurídica.
Observação	A Procuradoria analisa a legalidade, mas a decisão administrativa cabe ao gestor.

Representação judicial e extrajudicial do Município

Item	Explicação
O que é	Defesa do Município em processos e procedimentos.
Onde acontece	Justiça, Ministério Público, Tribunais de Contas, órgãos de controle e outros espaços.
Quem realiza	Procuradoria-Geral do Município.
Resultado	Petições, defesas, informações, recursos, acordos ou manifestações.
Observação	A defesa de agentes públicos pode ocorrer quando ligada ao exercício regular da função e autorizada conforme regras internas.

Controle de legalidade de crédito tributário

Esse serviço ajuda a verificar se a cobrança de tributo foi feita de forma correta.

Item	Explicação
O que é	Análise da legalidade do crédito tributário.
Para que serve	Evitar cobranças com erro e reduzir risco de nulidade.
O que é verificado	Fato gerador, pessoa responsável pelo pagamento, valor e procedimento.
Resultado	Orientação jurídica, validação ou apontamento de ajustes.



Cobrança da dívida ativa e execuções fiscais

Dívida ativa é o valor que uma pessoa ou empresa deve ao Município e que foi registrado oficialmente para cobrança.

Item	Explicação
O que é	Cobrança judicial de créditos do Município.
Quando ocorre	Quando o débito está inscrito em dívida ativa e pode ser cobrado judicialmente.
Quem atua	Procuradoria, quando essa atribuição for do órgão.
Com quem articula	Secretaria responsável pela Fazenda ou arrecadação.
Resultado	Execução fiscal, acordo, pagamento, parcelamento ou outras medidas legais.

Solução administrativa de conflitos

Item	Explicação
O que é	Tentativa de resolver conflitos sem alongar disputas.
Como pode ocorrer	Por conciliação, mediação ou acordo.
Base municipal	Lei Municipal nº 2.390/2021.
Quem participa	Comissão competente, Procuradoria e partes envolvidas.
Resultado	Acordo, orientação ou continuidade do processo.

Modelos, minutas e checklists

Item	Explicação
O que é	Criação ou revisão de modelos de documentos.
Quem pode usar	Órgãos municipais.
Exemplos	Minutas de contrato, modelos de despacho, listas de conferência e orientações.
Para que serve	Padronizar documentos e reduzir erros.
Resultado	Modelo, checklist ou orientação jurídica.

Como solicitar serviços da Procuradoria

Para cidadãos

Situação	Canal indicado
Pedir informação pública	e-SIC, Protocolo ou Ouvidoria.
Pedir documento público	e-SIC, Protocolo ou Ouvidoria.
Acompanhar processo judicial	Informar número do processo e seguir orientação oficial.
Reclamar, sugerir ou denunciar	Ouvidoria Municipal.
Dúvida sobre débito municipal	Procurar o setor responsável pela cobrança.

Para órgãos municipais

Passo	O que fazer
1	Abrir processo ou protocolo administrativo.
2	Incluir justificativa do pedido.
3	Anexar documentos essenciais.
4	Enviar minuta ou proposta, quando houver.
5	Informar prazo, urgência e risco, se existir.



Passo	O que fazer
6	Encaminhar à Procuradoria.
7	Acompanhar pelo sistema ou protocolo do Município.

Prazos de atendimento para órgãos municipais

Os prazos podem variar conforme a dificuldade do caso, urgência e risco para o Município.

Tipo de demanda	Prazo estimado	Critério de prioridade
Baixa complexidade	5 dias úteis	Ordem de chegada, salvo urgência justificada.
Média complexidade	10 dias úteis	Prioridade para processos com prazo legal, impacto financeiro ou continuidade de serviço.
Alta complexidade	15 a 20 dias úteis	Prioridade para demandas judiciais, risco ao Município, perda financeira ou prejuízo a políticas públicas.

O que pode atrasar a análise para órgãos municipais

Situação	Por que atrasa
Processo incompleto	Falta documento importante.
Pedido pouco claro	A dúvida jurídica não foi bem explicada.
Falta de minuta	O órgão não enviou o texto para análise.
Prazo não informado	A Procuradoria não sabe se há urgência.
Muitos setores envolvidos	Pode ser necessário consultar outras áreas.
Caso complexo	Exige estudo mais detalhado.

Importante saber

Ponto importante	Explicação simples
A Procuradoria não é advocacia particular	Ela não defende interesses privados de cidadãos.
A atuação é institucional	A Procuradoria defende o Município e o interesse público.
O cidadão pode pedir informação pública	Quando não houver sigilo legal.
Órgãos devem enviar processos completos	Isso ajuda a Procuradoria a responder melhor e mais rápido.
A decisão final é do gestor	A Procuradoria orienta juridicamente, mas a autoridade decide dentro da lei.

Reclamações, sugestões ou elogios

Canal	Informação
E-mail	ouvidoria@pmjm.mg.gov.br
Formulário eletrônico	https://pmjm.mg.gov.br/ouvidoria-novo-chamado
Telefones	0800-032-6501 e (31) 3859-0677
Atendimento presencial	Avenida Getúlio Vargas, nº 3025, Bairro Belmonte
Para que serve	Registrar reclamações, sugestões, elogios, denúncias ou pedidos relacionados aos serviços públicos.



Palavras Úteis

Palavra ou expressão	Explicação simples
Acordo	Combinação entre as partes para resolver uma situação.
Administração Municipal	Conjunto de órgãos, Secretarias e setores da Prefeitura.
Agente público	Pessoa que trabalha ou atua em nome do poder público.
Assessoramento jurídico	Orientação feita por profissionais do Direito para ajudar a Administração.
Ato normativo	Regra escrita, como lei, decreto, regulamento ou portaria.
Autarquia	Órgão público com autonomia administrativa, criado por lei.
Checklist	Lista de conferência para verificar se tudo foi cumprido.
Conciliação	Forma de resolver conflito por meio de acordo.
Contraditório	Direito de responder e apresentar defesa em um processo.
Contrato administrativo	Contrato feito pela Administração Pública.
Crédito tributário	Valor que o Município tem direito de cobrar como tributo.
Débito municipal	Valor devido ao Município.
Decreto	Norma feita pelo Poder Executivo para regulamentar uma lei ou organizar procedimentos.
Defesa institucional	Atuação jurídica para proteger o Município ou agente público, conforme as regras.
Despacho	Manifestação escrita em um processo, geralmente para orientar ou encaminhar.
Dívida ativa	Débito registrado oficialmente para cobrança pelo Município.
e-SIC	Sistema usado para pedir acesso a informações públicas.
Execução fiscal	Processo judicial usado para cobrar dívida ativa.
Extrajudicial	Situação tratada fora de um processo judicial.
Fazenda Municipal	Área responsável por tributos, arrecadação, pagamentos e finanças públicas.
Interesse público	Aquilo que atende ao bem da coletividade.
Judicial	Relacionado a processo na Justiça.
LAI	Lei de Acesso à Informação. Garante o direito de pedir informações públicas.
Legalidade	Obrigação de agir conforme a lei.
Mediação	Forma de resolver conflito com ajuda de uma pessoa ou órgão que facilita o diálogo.
Minuta	Versão inicial de um documento.
Nota jurídica	Manifestação escrita com orientação jurídica.
Ouvidoria	Canal para reclamações, denúncias, sugestões, elogios e pedidos.
Parecer jurídico	Documento com análise feita pela Procuradoria sobre uma questão de Direito.
Parcelamento	Divisão de um valor em várias parcelas para pagamento.
Petição	Documento apresentado em processo judicial.
PGM	Procuradoria-Geral do Município.
Política pública	Ação planejada pelo poder público para atender a população.
Processo administrativo	Conjunto de documentos e atos dentro da Prefeitura para analisar um assunto.
Processo judicial	Processo que tramita na Justiça.
Procuradoria-Geral do Município	Órgão jurídico que representa e orienta o Município.
Protocolo	Registro oficial de um pedido ou processo.



Palavra ou expressão	Explicação simples
Recurso	Pedido para que uma decisão seja revista.
Representação judicial	Defesa ou atuação do Município em processo na Justiça.
Segurança jurídica	Confiança de que os atos seguem a lei e têm menos risco de erro.
Sigilo	Proteção de informação que não pode ser divulgada livremente.
Sindicância	Procedimento para apurar uma possível irregularidade.
Técnica legislativa	Forma correta de escrever leis e normas.
Transação	Acordo feito para encerrar ou evitar uma disputa.
Transparência	Divulgação de informações públicas de forma clara.
Tributo	Valor que a pessoa ou empresa paga ao poder público, como imposto ou taxa.